

Ciencias da Comunicação

História das Agências Noticiosas em Portugal

História dos Media

Introdução

O nosso tema , agências noticiosas , fez-nos pesquisar as suas origens e o seu percurso até aos dias de hoje. Apenas nos apercebemos da sua existência quando lemos ou ouvimos frases como “uma informação de ultima hora ; esta é uma informação avançada pelo correspondente da agência X em...X”.

As agências noticiosas desempenham um papel fundamental na recolha e filtragem de informação. São aquilo a que chamamos de “Gatekeepers” , ou seja , filtros , e por consequência , verdadeiros definidores da agenda jornalística.

Em Portugal , o inicio das actividades jornalísticas começa em 1944 em pleno Estado Novo. Desde essa altura até a actualidade existiram 5 agências noticiosas : Lusitânia , Agencia de noticias e informação (ANI) , Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP) , Noticias de Portugal (NP) e Agência Lusa.

O Nascimento das Agencias Noticiosas

O séc. XIX marca o nascimento das agências noticiosas porque neste século deram-se os grandes avanços tecnológicos e científicos a nível das técnicas de impressão. A invenção da máquina rotativa e do linótipo e dos meios de transporte de informação , assim como a invenção do telégrafo , tudo isto marca o advento da comunicação social como uma indústria.

Aparecem então as primeiras agências noticiosas e surge a ideia de constituir uma imprensa barata destinada a um grande publico. Os jornais já não se limitariam a abordagem dos assuntos políticos , económicos e sociais mas iriam tentar satisfazer os gostos e interesses das camadas menos instruídas.

O surgimento das agências noticiosas data deste período caracterizado pela transformação da imprensa de opinião em imprensa informativa , mais acessível e generalista que começa a demonstrar uma postura pró-activa na procura de factos.

Um dos grandes marcos do avanço tecnológico foi a invenção do telégrafo que tornou possível a transmissão , rápida e a longas distâncias , de informação. Um nome muito importante no nascimento desta nova actividade é Charles-Louis Havas. É com Charles Havas que começa a historia das agências noticiosas .

De acordo com um artigo publicado no jornal Expresso , Carlos Veiga Pereira escreve o seguinte: “Três grandes inovações se ficaram a dever a Charles Havas : A introdução da divisão do trabalho na recolha das noticias ; a noção de que a noticia é inseparável da rapidez na transmissão e a compreensão de que uma agência deve fornecer uma matéria-prima susceptível de ser utilizada por jornais de mais diferentes tendências.”

A presença do serviço de agencia nos jornais portugueses

Os primeiros despachos informativos de agência , que seriam da agência Havas , só chegariam em 1886. Foi pelo Diário de Noticias fundado por Eduardo Coelho em 1865 que iniciou a publicação de “participações telegraphicas” desta agência com vista a trazer os leitores ao corrente de todos os acontecimentos europeus.

Após 1926 a realidade do jornalismo alterou-se por completo devido a força do golpe militar de 28 de Maio , provocando a queda da Primeira República. Portugal entrou num período de ditadura que perduraria por quase cinco décadas. Isto teve consequências a nível da imprensa como a perda da liberdade de expressão e de publicação com a censura prévia que passou a estar submetida.

Por esta altura , Portugal era um dos poucos países europeus sem uma agência noticiosa nacional. Mesmo com a eliminação do monopólio da Havas não houve iniciativa de criação duma agência noticiosa portuguesa. Isto mostra a debilidade da imprensa portuguesa e , pelas palavras de Carlos Veiga Pereira do Expresso : “ (...) durante meio século os portugueses

viram o mundo através da propaganda do regime ou a partir de Paris , Londres , Nova Iorque. Viram-se quase sempre a si próprios como objectivo e não como sujeito. “

Agencia Lusitânia

Os primeiros passos no sentido de se criar uma agência noticiosa em Portugal são dados apenas em 1944 com a fundação da agência Lusitânia por Luís Caldeira Lupi. Lupi era um jornalista correspondente em Portugal da Associated Press e da Reuter. Descontente com as notícias sobre Portugal que eram publicadas nos jornais das colónias , aos quais chegavam através de agências estrangeiras , começa a projectar a criação de uma agência de informação ainda durante a década de 30.

Muitos autores dizem que é discutível a classificação de agência noticiosa á Lusitânia visto que esta não tinha um estatuto jurídico definido e funcionava como secção da Sociedade de Propaganda de Portugal.

A Lusitânia dependia de uma estrutura do Governo de Salazar. Havia ainda os objectivos de promoção da troca de informação entre Portugal e as suas colónias, numa perspectiva de clara exaltação do Estado Novo que o próprio Lupi defendia. “Doravante todos ou quase todos (e pedimos a Deus que possam ser todos em breve) os portugueses do Ultramar terao diariamente , os meios necessários , a possibilidade de viverem dia a dia , a vida que seus irmãos da metrópole vivem ; de sentirem as mesmas alegrias, os mesmos anseios , as mesmas desditas , por viverem juntos e não separados. É isso que a Lusitânia se propõe a realizar, utilizando os meios que a larga visão de Vossa Excelência , senhor professor Marcello Caetano tornou possível.” Proferido durante a cerimonia de inauguração da agência.

Ate Marcello Caetano venceu esta vocação patriótica da Lusitânia ao caracterizá-la como sendo “ um serviço de iniciativa privada que o Governo , dentro da sua orientação de sempre, acolhe e alenta. “ Mas não é uma empresa de intuitos lucrativos , porque se acolhe nesta instituição de utilidade pública , a Sociedade de Propaganda de Portugal.

A Lusitânia afirmava-se como sendo uma entidade “ não oficiosa , não oficial e não comercial “ . Em teoria isto significa que não tomava partido em relação aos acontecimentos que relatava. Porém , sendo uma agência que igualmente era defendida pelo seu criador, possuía uma missão patriótica , ou seja , na pratica o resultado é que havia uma evidente antinomia entre a imparcialidade e a objectividade a que obriga a actividade jornalística e o empenho em difundir a mensagem do Estado Novo. Desde o nascimento da Lusitânia ate ao seu fim , esta caminhou sobre um contraditório e instável equilíbrio... o de ter que informar e o de fazer propaganda.

Lupi elaborou uma carta destinada a todos os jornalistas correspondentes da Lusitânia que chamou de Livro de Estilo. Neste manual são evidentes as missões contraditórias da Lusitânia. Por exemplo nos primeiros dois pontos :

1 - a Lusitânia não quer nem pode fornecer aos seus subscritores senão um serviço noticioso que seja , absolutamente objectivo , factual e livre e desmentidos. 2 - Devem ser evitadas notícias que possam merecer controvérsia , provocar confusão no espirito dos leitores...” Ou seja , uma preocupação com a objectividade que termina exactamente onde começam as notícias incomodas.

Lupi tinha esperança que a Lusitânia fosse financiada pelo Estado uma vez que esta estava endividada e precisava de apoios para se manter. Em 1945 o administrador delegado da Lusitânia consegue finalmente a assinatura de um contracto entre o Governo e a Agência onde a Lusitânia receberia do Secretariado Nacional de Informação e do Ministério das Colónias um total de 390 contos mensais. Lupi manteria este acordo em sigilo , chegando ate a negar a sua existência quando confrontado. Mais tarde este segredo veio a ser revelado.

Ao nível dos equipamentos de edição e transmissão do seu serviço , a Lusitânia era muito primitiva ainda em comparação com as agencias estrangeiras. Em Lisboa as noticias eram distribuídas por estafetas que andavam de bicicleta. Na ilha do Funchal e colónias portuguesas no Ultramar a transmissão do serviço informativo da agencia era assegurado pela Marconi.

A criação da ANI e a coexistência de duas agências de informação “ao serviço” do Estado Novo

Em 1947, o até aí redactor-chefe do Diário de Notícias, Dutra Faria, juntamente com Barradas de Oliveira e Marques Gastão funda a Agência de Notícias e Informação (ANI), juridicamente, uma sociedade de responsabilidade limitada. Na opinião dos autores Carlos Veiga Pereira e José Júlio Gonçalves, a agência ANI será a primeira agência portuguesa à qual será lícito aplicar a classificação de agência noticiosa. Isto, apesar de tal como sucedeu com a Lusitânia, ter sido criada com o apoio do Governo, e mais especificamente do Prof. Marcello Caetano.

De acordo com o que é possível apurar, e no parecer de Wilton da Fonseca, tudo aponta para que, sem o conhecimento do fundador da Lusitânia, e menos de dois meses após a fundação desta, já estivessem a ser lançadas as bases da criação da segunda agência noticiosa portuguesa, a ANI.

Já no início da década de 50, a ANI, que se havia consagrado fundamentalmente ao noticiário proveniente das colónias ultramarinas e ao noticiário internacional, encontrava-se numa situação bem distinta da acima descrita. Nesta altura, dispunha de correspondentes nas províncias portuguesas no Ultramar, nas ilhas da Madeira e dos Açores e no estrangeiro, produzia uma média de 2300 palavras/dia e tinha um orçamento anual que rondava os quatro mil contos.

Por sua vez, a sua concorrente Lusitânia, mais voltada para o Ultramar - com a transmissão de um serviço de resumos do noticiário que se publicava em Portugal, e o envio, para a Metrópole, de noticiário sobre as antigas colónias - transmitia diariamente uma média de 4000 palavras, possuía correspondentes na maioria das grandes cidades das colónias do

Ultramar, nas ilhas da Madeira e dos Açores e no estrangeiro, e tinha contratos com diversas agências de notícias internacionais.

Obrigada a enfrentar uma situação de concorrência directa, para a qual não estava preparada, a Lusitânia não conseguiu manter a sua posição de liderança no campo da informação e foi perdendo continuamente poder e prestígio a favor da ANI que ocupava já nesta altura uma posição claramente dominante, que manteria até à extinção de ambas.

A agência ANI era dirigida por dois jornalistas profissionais, tinha um quadro de cerca de 12 jornalistas e produzia cerca de 1 milhão de palavras/mês. Paralelamente, o seu serviço noticioso internacional beneficiava da cooperação que encetara com um núcleo de agências católicas, que incluía a AgenziaInternazionaleFides (Cidade do Vaticano), a PressAssociation (Reino Unido) e a AFAR. Esta última, integrava as influentes United PressInternational (EUA), DeutschePresseAgentur (Alemanha), Agencia EFE (Espanha), AgenziaNazionaleStampaAssociata (Itália), e as demais agências filiadas na Aliança Europeia das Agências Noticiosas, que havia sido fundada em 1956.

Na nossa opinião, terão sido quatro as principais razões que conduziram à estagnação da Lusitânia e à proeminência da ANI. A saber:

1. O baixo nível escolar e cultural dos jornalistas que colaboravam na Lusitânia, ao qual se contrapunha o dinamismo e a juventude da equipa da ANI;
2. A ANI usufruía de uma melhor reputação na esfera dos media, sendo considerada como "mais liberal" que a Lusitânia. Esta última, por se considerar estar mais ligada ao regime, com o qual partilhava afinidades e objectivos, foi perdendo credibilidade junto dos órgãos de comunicação social e, particularmente, dos das províncias ultramarinas;
3. "Após o início da guerra em Angola [em 1961], e apesar dos protestos da Lusitânia, a ANI incrementou substancialmente a informação fornecida aos órgãos de comunicação social das colónias e a informação sobre as colónias distribuídas em Portugal;
4. Por último, ao contar com a colaboração de outras agências noticiosas estrangeiras e da agência internacional UPI para a elaboração do seu serviço noticioso internacional, a ANI garantia a sua superioridade relativamente à Lusitânia, que não possuía capacidade económica para contratar os serviços das agências internacionais.

Esta situação conduziria a que, já na década de 70 e principalmente durante os últimos meses do regime, aumentassem as vozes que defendiam a existência de apenas uma agência noticiosa e que se conjecturasse, inclusive, a possibilidade de fundir a Lusitânia e a ANI. Contudo, os acontecimentos que pouco depois viriam alterar definitivamente a realidade política e social do país impediriam a concretização do projecto nestes moldes.

A situação no 25 de Abril

A Revolução do 25 de Abril encetou um novo período da história de Portugal, modificando mentalidades e introduzindo alterações em todos os sectores da nossa sociedade.

Como não poderia deixar de ser, a instauração desta nova democracia que política, social e economicamente exigia um corte radical com o passado, viria a marcar indelevelmente o futuro de duas agências tão conotadas com o regime deposto.

No próprio dia 25 de Abril de 1974, as instalações da Lusitânia foram ocupadas pelos militares e, por força da nova realidade política do país, foram introduzidas alterações significativas ao serviço noticioso da agência; se antes a agência estava conotada com o regime do Estado Novo, agora os jornalistas tinham que proclamar a sua “simpatia” pelo programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

O Governo ainda retoma o projecto de concretização da cooperativa mais duas vezes, mas não consegue que a ideia tenha um desfecho favorável à sua pretensão. Esgotadas as possibilidades de as entidades envolvidas no processo chegarem a um acordo, o destino das duas agências noticiosas parecia resumir-se ao de uma “morte anunciada”, que efectivamente viria a concretizar-se passado pouco tempo.

A Lusitânia foi extinta em 18 de Novembro de 1974. O despacho de extinção, assinado por um dos dirigentes do MFA, Vítor Alves, determinava: “tendo em consideração que o serviço noticioso denominado Lusitânia, correspondia e só se justifica pela tese colonialista (...); considerando que essa tese se acha afastada da consciência e do direito constituído nacionais, por força da justiça e senso universal, e do Programa do MFA (...); considerando que não existe razão para que aquele serviço persista, condenada que se acha a tese que o informava, e podendo até a sua manutenção ser prejudicial ao desenvolvimento do processo de descolonização actualmente em curso; (...) determino que o serviço denominado Lusitânia, prestado até esta data pela Agência Noticiosa Lusitânia, cesse imediatamente as suas funções, e que o seu fundador e principal gestor, Luís Lupi, deixe de prestar actividade noticiosa e afim (...)”.

Quanto à Agência ANI, acabaria por não ter um destino muito diferente do da sua concorrente. Adquirida pelo Estado em 8 de Novembro de 1974, permaneceria activa apenas até Setembro de 1975, altura em que, através do Decreto-Lei nº 523, de 24 de Setembro, é dissolvida, sendo o seu passivo e activo, os seus direitos e obrigações transferidos para uma nova agência noticiosa constituída pelo Governo pouco antes, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP). Nesta altura, a ANI possuía um quadro constituído por 49 trabalhadores, dos quais 22 eram jornalistas e tradutores, 10 operadores de telex e 17 funcionários administrativos e o seu património era basicamente constituído por telexes e máquinas de escrever.

ANOP - uma empresa pública de serviço público

A solução encontrada pelo Governo do pós-25 de Abril para resolver a questão das agências noticiosas tinha assim passado por um corte total com o passado, e culminara com a criação de uma nova agência - uma empresa pública - a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP). Tal como é referido no texto do Decreto-Lei que a institui, “trata-se de procurar suprir uma das mais sérias lacunas que, neste momento, se detectam nos grandes mecanismos indispensáveis aquela acção [de consolidação da democracia, levada a cabo pelo Governo], uma vez que não é a ANI, que o Governo adquiriu recentemente, que oferece condições para o fazer, por mais profundas reestruturações que pudesse suportar. Por um lado, a ANI, como fruto que é, e fiel servidora que foi, do próprio regime fascista, aparece com uma vinculação psicológica ao regime deposto (...). Por outro lado, o tipo de estrutura requerida por uma agência noticiosa moderna, vigorosa e irradiante (...) de forma nenhuma pode ter como ponto de apoio a estrutura ancilosada, decadente e viciada de uma ANI que, se o Governo a adquiriu, mais foi para calar a conduta reaccionária que perfidamente começava a manifestar que, de facto, por outra razão”.

Reconhecendo o importante papel que uma agência noticiosa poderá desempenhar na consolidação do processo democrático recém iniciado, o Governo da altura reserva à ANOP a responsabilidade de se constituir num “poderoso instrumento, tornando-se um reputado e digno de confiança centro internacional de comunicações”. De acordo com os seus estatutos, a nova agência terá por objecto “a prestação do serviço de informação noticiosa através da recolha, tratamento e difusão do material informativo, nomeadamente de notícias e imagens para utilização na imprensa e em outros meios de comunicação social nacionais ou estrangeiros (...), devendo exercer a sua actividade “com rigor e objectividade, por forma a garantir uma informação digna de confiança à escala nacional e internacional, [salvaguardando] a sua independência, nomeadamente perante o Governo e a Administração Pública, e a possibilitar a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, actuando como instrumento ao serviço do interesse colectivo e da democracia”.

Organicamente, a ANOP era constituída por um conselho de gerência e uma comissão de fiscalização. O primeiro era nomeado pelo Conselho de Ministros, o que não assegurava nem a independência, nem a estabilidade necessária e desejável; sempre que mudava o Governo, necessariamente eram nomeados novos elementos para o conselho de gerência. Paralelamente, os estatutos da ANOP determinavam ainda a existência de um Director de Informação e de um Conselho de Redacção, sendo que “a nomeação do Director de Informação carecia de parecer favorável do Conselho de Redacção, vinculativo, prerrogativa que ainda hoje não está consignada nos estatutos de qualquer outro órgão de comunicação social do sector público”.

Relativamente à gestão patrimonial da agência, os estatutos determinam que o património da empresa seria administrado por esta em plena autonomia. A estabilidade financeira da ANOP é assegurada, sobretudo, com as receitas resultantes da sua actividade - de entre outras, encontram-se as avenças pagas pelos meios de comunicação social seus clientes - e com “subsídios, participações ou dotações do Estado ou de outras entidades públicas”.

A cobertura noticiosa da ANOP em Portugal Continental e Regiões Autónomas iniciou-se em 1978, com a instalação de delegações em Coimbra, Guarda, Évora, Faro, Ponta Delgada e Funchal, sendo redimensionada a Delegação do Porto, que havia encetado as suas actividades em 1977. No ano seguinte seria também criada uma delegação em Vila Real. Em complemento às delegações, neste período a ANOP possui ainda uma rede de correspondentes nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Porto, Leiria, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu, Vila Real, e nos Açores (Angra do Heroísmo, Horta e Santa Maria). Neste último, bem como na Região Autónoma da Madeira, a partir de 1980 a representação da ANOP passou a designar-se “Centro Regional da ANOP”.

Fora do território nacional, a agência criou em 1978 as delegações de Bissau (Guiné-Bissau) e do Maputo (Moçambique) e, em 1980, da Cidade da Praia (Cabo Verde) e Bruxelas. Em 1981, criou ainda uma delegação em Madrid (Espanha). Relativamente à presença de correspondentes no estrangeiro, a ANOP mantinha uma rede de colaboradores nas principais capitais do Mundo: Barcelona, Estrasburgo, Roma, Toronto, Kuweit, Macau, Londres, Amsterdão, Bona, Paris, Bucarest, Bruxelas, Tripoli, Beira, Luanda, Moscovo, Nova Iorque, Nova Bedford, Rio de Janeiro e São Paulo.

Três anos passados após a sua criação e, fisicamente, a ANOP já havia alcançado uma dimensão considerável. Tendo começado em 1975 com sessenta e nove colaboradores, tinha crescido exponencialmente; por esta altura, a agência possuía já duzentas e seis pessoas ao seu serviço. Tratava cerca de 300 mil palavras/dia e transmitia perto de 70 mil para os clientes nacionais e estrangeiros e para duas comunidades de emigrantes portugueses, 1500 para as missões diplomáticas do Governo Português, 4000 para Macau, e 2500 para jornais, rádio e televisão em língua portuguesa instalados, principalmente, no continente americano (EUA, Canadá e Venezuela).

Para os media portugueses da altura, e particularmente para a imprensa, a agência ANOP representava a sua principal fonte de informações. “A ANOP seleccionava e veiculava mais de 60 por cento da informação divulgada pelos órgãos de comunicação social, determinando, pois, parte muito significativa do conteúdo do fluxo informativo global”. Num artigo publicado em 26 de Agosto de 1980 no jornal O Diabo, afirma-se que, “como a esmagadora maioria dos diários portugueses não estão preparados, humana, técnica e economicamente, para cobrir jornalisticamente a maior parte dos acontecimentos noticiáveis de âmbito nacional, é à ANOP que, invariavelmente, vão buscar cerca de 90 por cento do texto que publicam. Salvo nos grandes acontecimentos, a que os órgãos de comunicação social enviam jornalistas próprios ou utilizam a sua rede de correspondentes (...), é a ANOP, pois, que cumpre fazer a informação em Portugal.

Em 1980, a ANOP começa a evidenciar sinais de alguma debilidade financeira. Alegando a existência de condicionantes externas à empresa - relativas às notórias dificuldades financeiras que o país está a atravessar -, começa a manifestar uma certa impotência para continuar a sua expansão. Na introdução ao seu orçamento de investimentos para 1980, pode ler-se: “apesar da experiência de dois anos de actividade programada não ser, de modo nenhum, motivo de incentivo, mercê de condicionalismos externos à empresa, estamos longe

de concluir que para uma empresa como a ANOP tal procedimento é incorrecto ou que está comprometida a exequibilidade dos objectivos tão claramente definidos para ela. (...) Continuamos a pensar que o caminho correcto a percorrer é ainda aquele que os Estatutos desta empresa pública definem, seja nas grandes linhas orientadoras da sua actividade, seja na estrutura orgânica deste empreendimento público. (...) Não estão postos em causa os objectivos da ANOP. É preciso sim, conciliar a edificação deste projecto com as disponibilidades do Estado e as capacidades de rentabilização da nossa própria produção. Todavia, a crer pela forma como o Governo reagiu ao acumular do deficit e à necessidade de reforçar os seus subsídios, por forma a colmatar as perdas da empresa, a ANOP estava sozinha nesta sua crença de que melhores dias viriam.

A curva ascendente do crescimento da ANOP começa a inverter-se irrevogavelmente em finais de 1981. Por esta altura, ao invés de investir no alargamento da sua rede de cobertura noticiosa, por necessidade de contenção de despesas e racionalização de meios, a agência é obrigada a encerrar as suas delegações nas cidades de Évora, Guarda e Vila Real.

A posição do Governo, no que respeita às razões que terão proporcionado os constrangimentos financeiros da ANOP, é oposta à defendida pela agência. Alega que a ANOP é, em primeiro lugar, uma empresa sobredimensionada. Em fins de 1975, a ANOP empregavam 69 pessoas, o que equivalia já a 160,5% do volume de pessoal que se encontrava ao serviço da ANI em 1974. Assiste-se, nos anos seguintes, a uma onerosa rotação de chefias e a um rápido crescimento dos seus quadros de pessoal. Por outro lado, sucedendo que as suas receitas próprias - provenientes sobretudo das avenças pagas pelos órgãos de comunicação social - cobriam apenas uma pequena parte dos custos globais da ANOP, a situação conduzia a um contínuo agravamento das suas condições de exploração e, conseqüentemente, a uma sempre maior dependência económica em relação ao Estado. Uma dependência que, como se viria a confirmar num futuro próximo, o Governo de Francisco Pinto Balsemão parecia não pretender suportar por muito mais tempo.

É em meados de 1982, apenas 7 anos passados após a criação da ANOP, que o Governo, inesperadamente - pois apesar de ser do domínio público a pouca saúde financeira da ANOP ainda pouco tempo antes o primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão tinha elogiado o trabalho da agência na cobertura da sua viagem a Moçambique e nada indiciava a tomada de uma medida tão drástica e repentina -, decide apoiar a constituição de uma nova agência noticiosa de base cooperativista e extinguir a agência pública Agência Noticiosa Portuguesa.

Ao tomar esta resolução, o Governo inicia um processo que ainda hoje não tem contornos bem definidos, no que se refere tanto às suas motivações como às movimentações de interesses que estiveram por detrás da decisão e que, ao contrário da sua pretensão - a de rapidamente extinguir a ANOP e recomeçar do zero, com a criação de uma agência de informação de iniciativa privada -, permanecerá insolúvel por alguns anos.

Criação NP

A NP (Noticias de Portugal) nasce da vontade do governo de Pinto Balsemão, em substituir a sobredimensionada e financeiramente inviável ANOP, sendo que o seu dinamizador foi o secretário de estado da Comunicação Social José Alfaia, mas o objetivo da criação da NP não era de extinguir uma empresa pública por ser inviável, para que se pode-se criar outra, era sim a criação de uma empresa privada, e não estatal, para que existe-se uma redução de custos no governo português. O nome inicial da corporativa passava por se chamar de Cooperativa Porpress.

A intenção de extinguir a ANOP, não passa de uma intenção, pois o Presidente da República veta essa mesma intenção, e com isso passa a existir duas agências noticiosas em Portugal, uma pública (ANOP) e outra privada (NP), sendo ambas financiada por erário público.

No dia 2 de Novembro de 1982 a NP inicia oficialmente a atividade, curiosamente o dia em que finalmente o Presidente da República veta a extinção da ANOP.

A cooperativa teve inicialmente vinte e uma empresas de comunicação social e de telecomunicações (nove empresas públicas e 12 empresas privadas) - Radiodifusão Portuguesa, Radiotelevisão Portuguesa, Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC), Empresa do Diário Popular, Jornal de Notícias, Comércio do Porto, Correio da Manhã, Primeiro de Janeiro, Diário de Lisboa, A Tarde, Tempo, A Bola, Record, Gazeta dos Desportos, Norte Desportivo, Expresso, Rádio Centro, Marconi, Correios e Telecomunicações e Telefones de Lisboa e Porto - onde assinavam um contrato de intenções para a criação da Cooperativa, destinada à fundação de uma nova agência privada. Mais tarde apenas 15 empresas continuariam com a criação da NP, pois algumas empresas desistiram da ideia por divergirem em sentidos diferentes.

Nesse mesmo ano de 1982 a ANOP enfrentava graves constrangimentos financeiros provocados sobretudo pelos cortes das verbas vindas do estado, pois o seu objetivo era a extinção. Outra das razões que levaram aos constrangimentos financeiros foram as saídas em massa de funcionários e a perda de contratos de cooperação com agências estrangeiras.

No ano de 1983 as duas agências começam a realizar uma concorrência desenfreada com o intuito de produzir o maior número de notícias para televisões, rádios e jornais. Este tipo de concorrência levou a que o jornal Expresso demonstra-se a sua opinião sobre as áreas em que cada agência deveria atuar “a NP que beneficia de exclusivos de várias agências internacionais poderia ficar dedicada ao noticiário internacional e as questões de política nacional, enquanto a ANOP com uma rede de correspondentes em África e nos países onde há maior emigração portuguesa, deveria vocacionar-se para o noticiário sobre essas comunidades e países africanos de expressão portuguesa, sendo que também ficava com as regiões autónomas dos Açores e Madeira, e ainda garantir a informação regional”. (Diário da República, 1982-09-21)

A falhada extinção da ANOP

No dia 12 de Julho de 1983 o novo governo de Mário Soares emite um comunicado “a) é inadmissível a subsistência de duas agências noticiosas, dado a sua dependência de subsídios do Estado e os constrangimentos financeiros com que o país se debate (...) c) a solução que o Governo perfilha aponta assim para a fusão das duas atuais agências, após adequada negociação com os respectivos órgãos de gestão e representação dos seus trabalhadores.” (Centro de Documentação da LUSA - Agência de Notícias de Portugal.)

Mais tarde o governo inicia uma negociação com as duas agências, para que se chegasse a um acordo sobre a fusão das mesmas, mas apesar da ANOP ser a favor da fusão a NP era contra essa mesma ideia, sendo assim a NP embargou o projeto que o governo tinha em mente.

Após a falhada extinção da ANOP, em Outubro de 1984 o governo vê-se obrigado a reestruturar a agência para que pudesse continuar para pagar indemnizações a funcionários e saldar parte das dívidas, a ANOP vê-se obrigada a fazer um pedido de ajuda financeira ao estado português, tendo este cedido 45 milhões de escudos, que no entanto viria a tornar-se insuficiente pois não alcançaram a sustentabilidade desejada.

Em 1985 é a vez de a NP fazer uma reestruturação, pois também atravessava vários problemas financeiros, o que levou à redução de vários coordenadores.

Embora nos anos de 1984-1985 tenha sido difíceis para ambas as agências estas tiveram um grande desenvolvimento, a níveis de informatização, sendo que primeiro foi a ANOP em 1984 e um ano depois foi a vez da NP.

Reestruturação, absorção e fusão

Tal como Pinto Balsemão, Mário Soares não foi capaz de encontrar a solução para resolver o problema das agências, tanto através da fusão das duas, ou da viabilidade financeira de ambas as agências. Por considerar a existência das duas agências uma solução inválida e demasiado dispendiosa, Cavaco Silva retomou as negociações com as mesmas.

No dia 30 de Julho de 1986 o governo, ANOP e NP chegam a um acordo e assinam um protocolo com vista à constituição de uma única agência noticiosa em Portugal. Nesse acordo assinado pelas três entidades, constava-se que a ANOP seria extinta e que a NP mudaria de nome através de uma alteração de personalidade jurídica, sendo que seria criada uma nova e única agência de notícias no nosso país.

No acordo das três entidades estava escrito que a cooperativa a criar deveria ser dotada de total autonomia económica e financeira, assegurando capital próprio e de receitas para garantir a sua independência perante o governo.

No dia 28 de Novembro de 1986 o governo aprova a criação da nova cooperativa, que se terá como nome Agência Lusa de informação.

Conclusão

A nossa procura de material bibliográfico sobre as agências noticiosas nacionais revelou-se infrutífera. As obras sobre a comunicação social portuguesa raramente abordam o papel das agências noticiosas para além da breve menção à existência de uma agência de âmbito nacional e de algumas referências ao tipo de actividade que desenvolve. Contudo esta falha apenas serviu para mais motivação e uma melhor procura e pesquisa sobre o tema.

Bliografia

Diário de Notícias. (03 Nov. 1982).

``Livro de Estilo" da Lusitânia. Apud. FONSECA - op. cit. p. 75.

FONSECA, Wilton - Á sombra do poder: a história da Lusitânia - 1944-1974. Lisboa: Edições Memória do Tempo. 1995. p. 37

PEREIRA, Carlos Veiga - 120 anos de história ao telex. Expresso. (28 Mar. 1986).

BRETON, Philippe; PROULX, Serge - A explosão da comunicação.- ed. Lisboa: Editorial Bizâncio. 2000.

SANTOS, ANTÓNIO JOÃO Agências de Notícias de Portugal, Lusa – Agencia de Notícias de Portugal, SA; 2007

CRATO, Nuno - A comunicação social: a imprensa. Lisboa: Editorial Presença

Centro de Documentação da LUSA - Agência de Notícias de Portugal.)

Diário da República

<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1978>

<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/886>